

# NOTAS ACERCA DE UM ESPAÇO CADA VEZ MAIS METROPOLIZADO: POSSIBILIDADES E ABERTURAS<sup>1</sup>

ALEXANDRO SOUZA DE AMICO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

alexdeamico@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo tem como um de seus objetivos examinar o processo de metropolização do espaço dentro da própria metrópole, mais especificamente em sua área central. Desde o seu surgimento enquanto “cidades-mães”, as metrópoles passaram por profundas metamorfoses em suas produções e organizações. Dessa maneira, torna-se imperioso analisar de qual metrópole estamos tratando. Ademais, nesse cenário, também se configura como um dos objetivos do texto compreender os processos de reestruturação, além de suas conjunturas dentro das áreas centrais das metrópoles. Para cumprir tais tarefas, lançamos mão de uma revisão bibliográfica, sobretudo a partir das obras da geógrafa brasileira Sandra Lencioni, do geógrafo estadunidense Edward Soja e do filósofo francês Henri Lefebvre. A primeira autora nos forneceu denso material para examinarmos as metrópoles e a metropolização do espaço, além do debate sobre totalidade e o porquê da utilização de tríades analíticas. O segundo autor colaborou com a nossa empreitada, especialmente a partir do debate sobre a reestruturação urbana. Já o terceiro, além de outros pontos, nos auxiliou na discussão sobre a tríade de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. Dentro dessa perspectiva, pudemos chegar à conclusão da importância de analisar a essência dos fenômenos espaciais para encontrarmos possibilidades e aberturas para sairmos da condição de um espaço cada vez mais banalizado, segregado e com graus de importância de acordo com a lógica das relações sociais capitalistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Homogeneização; Fragmentação; Hierarquização; Metrópole; Áreas centrais.

<sup>1</sup> Agradeço o fomento à pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



**NOTES ON AN INCREASINGLY METROPOLIZED SPACE: POSSIBILITIES AND OPENINGS**

**NOTAS SOBRE UN ESPACIO CADA VEZ MÁS METROPOLIZADO: POSIBILIDADES Y APERTURAS**

**ABSTRACT**

One of the aims of this article is to examine the process of metropolization of space within the metropolis itself, more specifically in its central area. Since their emergence as “mother cities”, metropolises have undergone profound metamorphoses in their production and organization. It is therefore imperative to analyze which metropolis we are dealing with. Furthermore, in this scenario, it is essential to understand the processes of restructuring and metropolization of space, and their conjunctures within the central areas of the metropolises. In order to accomplish these tasks, we used a literature review, mainly based on the works of the Brazilian geographer Sandra Lencioni, US geographer Edward Soja and French philosopher Henri Lefebvre. The first author provided us with dense material to examine metropolises and the metropolization of space, as well as the debate on totality and why analytical triads are used. The second author collaborated with our endeavor, above all through the debate on urban restructuring. The third, in addition to other points, helped us discuss the triad of homogenization, fragmentation and hierarchization of space. From this perspective, we have concluded that it is important to analyze the essence of spatial phenomena in order to find possibilities and openings to get out of the condition of an increasingly trivialized, segregated space with degrees of importance according to the logic of capitalist social relations.

**KEYWORDS:** Homogenization. Fragmentation. Hierarchization. Metropolis. Central areas.

**RESUMEN**

Uno de los objetivos de este artículo es examinar el proceso de metropolización del espacio dentro de la propia metrópoli, más concretamente en su área central. Desde su aparición como “ciudades madres”, las metrópolis han experimentado profundas metamorfosis en su producción y organización. Por tanto, es imperativo analizar de qué metrópolis se trata. Además, en este escenario, es esencial comprender los procesos de reestructuración y metropolización del espacio, y sus coyunturas dentro de las áreas centrales de las metrópolis. Para cumplir esas tareas, hemos hecho una revisión de bibliografía, especialmente desde las obras de la geógrafa brasileña Sandra Lencioni, del geógrafo estadounidense Edward Soja y del filósofo francés Henri Lefebvre. La primera autora nos proporcionó un denso material para examinar las metrópolis y la metropolización del espacio, tal como el debate sobre la totalidad y por qué se utilizan las tríadas analíticas. El segundo autor colaboró en nuestro empeño, sobre todo discutiendo la reestructuración. El tercero, además de otros puntos, nos ayudó a discutir la tríada de homogeneización, fragmentación y jerarquización del espacio. Desde esta perspectiva, pudimos llegar a la conclusión de que es importante analizar la esencia de los fenómenos espaciales para encontrar posibilidades y aperturas para salir de la condición de un espacio cada vez más trivializado, segregado con grados de importancia según la lógica de las relaciones sociales capitalistas.

**PALABRAS CLAVE:** Homogeneización, Fragmentación. Jerarquización. Metrópolis. Áreas centrales

# 1 | INTRODUÇÃO

Em nosso artigo, assim como visto na obra do filósofo francês Henri Lefebvre (2008, p. 15)<sup>1</sup>, partiremos de uma hipótese: de que a produção do espaço urbano e todas as suas esferas (como é o caso da fusão com grande parcela do capital financeiro) configuram-se atualmente como a maior centralidade do processo de acumulação capitalista. Em razão disso, acreditamos, tendo como grande fonte de inspiração e embasamento a obra lefebvriana, que a práxis espacial também adquiriu grande centralidade para a compreensão e transformação da sociedade. Para ancorar tal hipótese, caminhamos junto à nossa base teórico-metodológica<sup>2</sup> quando os autores e autoras aqui utilizados sinalizam que, outrora, durante a primazia da indústria, o capital produzia-se (majoritariamente) na cidade. Todavia, contemporaneamente, o capital tem predominantemente na própria produção da cidade e do urbano a sua maior base de acumulação. Além do setor imobiliário em si, a produção de infraestrutura urbana, como ruas, pontes, iluminação, rede sanitária, rede de telecomunicações etc. saiu das mãos do poder público para a primazia do setor privado. Todavia, como aponta a geógrafa brasileira Sandra Lencioni (2010, p. 2), mesmo quando majoritariamente nas mãos do poder público, a produção do espaço urbano sempre foi:

**[...] possibilidade de negócio e fonte de ganho, mas a diferença é que como investimento privado de capital é a racionalidade capitalista que é determinante, imperando sobre tudo e submetendo a produção das condições urbanas aos interesses exclusivos da reprodução do capital (Lencioni, 2010, p. 2).**

Nesse íterim, cabe salientar o seguinte: não compreendemos a produção do espaço urbano apenas de maneira estrita, ou seja, somente na produção material. Aqui entendemos a produção também em seu sentido imaterial, aquele da produção de representações, conhecimento, imaginários, ideologias etc. Além disso, como será possível observar ao longo do artigo, a própria cidade passa a ser mais uma mercadoria a ser produzida e comercializada.

No âmago desse processo, discutimos os conceitos de reestruturação, metrópole e metropolização do espaço. Ainda neste momento, é salutar revelar a importância da conceituação dos processos que analisamos. Buscando elucidar a questão dos conceitos, sinalizamos que nossas investigações partem sempre do real. É somente depois de observá-lo que buscamos aporte nas teorias para melhor compreendê-lo e transformá-lo. Dessa maneira, um conceito não pode servir como um “aprisionamento”, como algo sem movimento, ou seja, sem processo. O conceito deve dar conta de interpretar a realidade, que é sempre processual. Paralelamente a isto, um conceito deve dar conta de explicar o fenômeno de uma maneira geral, em suas universalidades, e não em todas as singularidades. Pensemos: se os

1 “Partiremos de uma hipótese: a urbanização completa da sociedade” (Lefebvre, 2008, p. 15).

2 Ainda nesta seção, apontaremos os autores e autoras que dão corpo ao nosso arcabouço teórico-metodológico.

conceitos dessem conta de abordar todas as singularidades existentes nos mais diversos espaços, com que “tamanhos” eles ficariam? Pois bem, isto não é possível, certo? Assim, o proveito de um conceito está em ele conseguir abarcar as generalidades do processo e em estar aberto para as transformações que ocorrem no fenômeno analisado ao longo do espaço-tempo.

Complementando o exercício de apresentação de nosso artigo, destacamos que caminhamos, sobretudo, junto à geógrafa Sandra Lencioni e ao geógrafo estadunidense Edward Soja para discutirmos o conceito de reestruturação (do espaço). O entendimento da reestruturação foi fundamental para que pudéssemos avançar para o debate sobre metrópole e metropolização do espaço. Para apresentar e examinar o conceito de metrópole, recorreremos, principalmente, aos trabalhos de Lencioni. Através da busca por entender as transformações da metrópole ao longo da história, a autora aponta o caráter polissêmico do conceito, mas revela algumas características que são visíveis em todas as metrópoles. Partindo dessa premissa, Lencioni (2017, 2020) averigua a metropolização do espaço e as suas características. Com grande embasamento no geógrafo francês Bernard Kayser, a geógrafa pontua a importante ideia de que os espaços metropolizados e os não metropolizados não são espaços antagônicos, além de trazer uma definição e algumas características comuns ao processo. Ademais, a autora observa como a dinâmica da metropolização ocorre dentro das próprias metrópoles.

À discussão da conjuntura da metropolização dentro da própria metrópole, acrescentamos que

estamos tratando de uma área central metropolitana típica do momento em que a produção do espaço ganhou primazia na acumulação capitalista e não daquela típica da era industrial. Dessa maneira, tendo em vista a importância da discussão da centralidade no urbano vista em Lefebvre (2002), identificamos e diferenciamos, a partir das contribuições de Lencioni, as cidades policêntricas daquelas multicêntricas. Assim, juntamente ao debate sobre a totalidade e o porquê da utilização de tríades analíticas, chegamos com maior embasamento para tratarmos do processo de homogeneização, fragmentação e hierarquização, proposto por Lefebvre (2009). É justamente durante essa discussão que propomos uma ponte teórico-metodológica entre a tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização, a noção de colonização (intraurbana) de Henri Lefebvre e as reestruturações de áreas centrais, para analisar a metropolização do espaço dentro da própria metrópole.

A partir da breve explanação de nossos referenciais teórico-metodológicos, sinalizamos o seguinte: assim como para todos os processos espaciais, um número extremamente vasto de formas de abordagens pode ser traçado para investigar os processos que propomos em nosso texto. Dessa maneira, o que realizamos em nosso artigo foi uma opção de um caminho que nos pareceu de grande valia para a nossa análise. Nessa direção, estabelecemos um diálogo com os autores e autoras presentes no texto. Contudo, no Brasil e no exterior, diversas são as outras possibilidades que poderíamos seguir. Logo, sinalizamos que em nenhum momento nossa intenção foi esgotar o debate, inclusive porque isto seria uma tarefa praticamente impossível.

No que tange à própria estrutura do texto, além desta introdução e das considerações finais, a redação está organizada em três grandes seções. Na primeira, logo a seguir, abordamos a questão da reestruturação. Obras dos geógrafos Edward Soja, Neil Smith e David Harvey, dentre outros, foram utilizadas a fim de embasar o nosso exame. Na segunda seção, realizamos aquilo que chamamos de uma “aproximação inicial” com a metropolização do espaço. Foi nesse momento que jogamos luz no debate de como os conceitos devem ser utilizados. Para tal, trouxemos para o texto as contribuições de Lencioni (2017) e Ferreira (2021). Posteriormente, averiguamos o conceito de metrópole e algumas de suas características essenciais. Ademais, refletimos sobre a metropolização do espaço e as suas propriedades. Para a empreitada, os trabalhos da geógrafa Sandra Lencioni novamente foram de grande valia. Por fim, no terceiro momento, destacamos a importância de refletir sobre a conjuntura da metropolização dentro das próprias metrópoles, principalmente, em suas áreas centrais. Desse modo, discussões acerca de questões como o próprio conceito de centralidade, da poli e da multicentralidade, da totalidade e da utilização de tríades foram realizadas. Além disso, demos ênfase na tríade proposta por Henri Lefebvre sobre a concomitante homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço e sua ligação com o processo de colonização e reestruturação de áreas centrais.

## **2 | REESTRUTURAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE UM CONCEITO FUNDAMENTAL**

Já que estamos iniciando um debate acerca de dinâmicas que metamorfoseiam o espaço urbano, consideramos necessário, nesse momento, concentrarmos, mesmo que brevemente, a nossa atenção para a apresentação e discussão do conceito de reestruturação. Tendo em sua etimologia o sentido de construção, é tão somente no século XIX que a reestruturação é elevada a uma categoria da análise espacial. Todavia, os debates acerca da reestruturação não surgiram no campo dos estudos sobre os fenômenos urbanos. Inicialmente, as discussões estavam nas mãos dos economistas, localizando-se a origem do conceito dentro das ciências econômicas. Posteriormente, no final da década de 1980, a discussão chegou até o campo da Geografia Econômica, principalmente com a obra do geógrafo inglês David Harvey (2008 [1989]), através do debate sobre a chamada reestruturação produtiva. Somente mais tarde, já na década de 1990, o conceito adentrou mais especificamente os estudos acerca do urbano pela ótica geográfica, sobretudo, com o geógrafo estadunidense Edward Soja e a sua obra “Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, de 1993.

Sucintamente, avaliando-se a conjuntura global da época, foi a crise deflagrada na década de 1970 o grande estopim da reestruturação produtiva vista a nível mundial. Harvey (1996, p. 50) diz haver “uma concordância generalizada de que a mudança [nos paradigmas da acumulação e da urbanização] tem algo a ver com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde a recessão de 1973”. O autor elenca alguns aspectos desse processo como a desindustrialização, o desemprego, a austeridade fiscal em nível local e nacional, o crescimento do neoconservadorismo e um apelo muito mais forte às privatizações e à “racionalidade” do mercado. Entretanto, esta é apenas a gota d’água de um

processo que tem a sua origem a partir do pós-II Guerra Mundial, com a retomada econômica empreendida pelo Japão. Nesse cenário, esta reestruturação não se fez presente apenas na economia, mas sim em todo o modo de vida.

A reestruturação, que foi iniciada no Japão, teve impactos nos Estados Unidos da América, principalmente na costa Oeste do país, e mais especificamente no estado da Califórnia. Em nenhum momento isto significa que a costa Leste, sobretudo o Nordeste do país, tenha deixado de ter grande importância na economia estadunidense. Por exemplo, as indústrias de base não foram para a costa Leste; estas permaneceram no Nordeste do país. Porém, com a dinamização da forma de produção capitalista, juntamente aos vultosos investimentos em formação de mão de obra qualificada nas universidades da costa Oeste, cidades como São Francisco e Los Angeles assumiram um alto grau de importância.

Realizamos esta brevíssima contextualização para chegarmos até a obra de Edward Soja (1993). O autor figura como um dos mais importantes estudiosos do modelo de reestruturação urbana densamente visto em Los Angeles, cidade que pesquisou e onde trabalhou por décadas. O trabalho figura, a nosso ver, como o grande marco sobre os estudos das reestruturações em face do espaço urbano. Soja (1993) examina com maestria a dinâmica retratada anteriormente, principalmente o caso da cidade de Los Angeles. Mas engana-se quem pensa que o trabalho do autor é “apenas” empírico; o autor realizou um louvável esforço para assentar as bases teóricas acerca da temática. Dessa forma, ele define preliminarmente a reestruturação do subsequente modo:

**Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (Soja, 1993, p. 194).**

Avançando no debate quanto ao conceito de reestruturação, Soja (1993) registra que, nas reestruturações, tradições seculares já não se sustentam e acabam por sofrer “desmoronamento e reconstrução”. Nas palavras do autor:

**A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (Soja, 1993, p. 82).**

O geógrafo argumenta que a reestruturação não pode ser vista como mecânica ou até mesmo automática. Para o autor, o processo é resultante de situações de bruscos movimentos que abalam a ordem social pré-existente. Destacamos na obra de Soja (1993) a importância que a análise dos processos espaciais ganha dentro da teoria social de cunho marxista. Ao longo do século XX, diversos autores, incluindo o filósofo francês Henri Lefebvre, apontaram uma possível ausência do aporte espacial nas análises críticas da sociedade. Soja (1993) identifica como o tempo comumente possuía uma relevância maior do que o espaço nos estudos sociais. Segundo o autor, isto se configuraria como uma forma equivocada de apreensão do real, e nas “geografias pós-modernas” (após o declínio do fordismo e do aumento da importância da produção do espaço para a acumulação capitalista) teríamos a mais importante tarefa de reafirmar a relevância da análise espacial.

Todavia, é importante destacar que não se trata de uma negação do tempo em detrimento do espaço, configurando-se em uma espécie de “determinismo geográfico”. Soja (1993) tem por objetivo estabelecer um arcabouço teórico que resgate a dimensão espacial em abordagens que, direta ou indiretamente, trabalharam a noção de espaço na interpretação da realidade social. Dessa maneira, o autor discorre sobre três grandes aspectos que permitem nos municiarmos teoricamente para uma análise espacial da realidade social: o espaço dentro da teoria social crítica; as mudanças no padrão de acumulação capitalista; e a dimensão cultural associada à economia política urbana e regional.

No desenrolar desta discussão, Sposito (2007, p. 2-3), ancorada em Soja (1993), registra que faz uso do conceito de reestruturação, pois avalia que já vivenciávamos (à época do texto) um momento com um “amplo e profundo conjunto de mudanças, no que concerne aos processos de estruturação urbana e das cidades”. Por seu turno, Souza (2006, 2013) traz uma fundamental ressalva acerca da diferenciação entre processos de reestruturação e refuncionalização. Segundo o autor (2013, p. 69):

**Refuncionalizar um espaço material significa atribuir novas funções a formas espaciais e objetos geográficos pré-existentes [...] reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo muito significativamente, modificando a sua estrutura.**

Ou seja, a reestruturação implica transformações de ordens escalar e conceituais maiores. Reestruturar significa mais do que apenas dar novas funções a antigas formas, é ir além e impactar até mesmo a estrutura de um determinado espaço.

Na esteira da mencionada discussão, Teixeira (2018) desenvolve com nitidez como a combinação de certos fatores faz com que as reestruturações espaciais assumam naturezas distintas e se diferenciem de simples modificações no espaço. O autor (2018, p. 43) apresenta os seguintes pontos que influenciam nas reestruturações: a espacialidade herdada sobre a qual incidem as intervenções; os agentes que as protagonizam; as intenções que as motivam; os recursos (econômicos, políticos e simbólicos) mobilizados para a sua execução; sua escala de incidência e a capacidade de transformar os usos, as formas, as funções, os significados e até mesmo alguns aspectos da estrutura urbana. A combinação em maior ou menor número desses constituintes, bem como a maior ou menor

mobilização dos atores sociais, implicará determinados direcionamentos aos projetos. O geógrafo resume a ocorrência das reestruturações urbanas da seguinte forma:

**Ao modificarem as formas, funções e significados espaciais de modo profundo, tais intervenções tendem a transformar a relação das áreas impactadas com o restante da cidade, podendo, inclusive, alterar aspectos da estrutura urbana. Em síntese, aquilo que classificamos como intervenções de reestruturação do espaço urbano são intervenções de grande escala de incidência (relativamente às dimensões da aglomeração), que mobilizam recursos de vulto, sendo concebidas e executadas por agentes poderosos e capazes de alterar, ao menos potencialmente, aspectos da estrutura urbana. Acreditamos que, por meio dessa definição, torna-se possível agrupar fenômenos que geralmente são tratados como diferentes e, até certo ponto, concorrentes (Teixeira, 2018, p. 43-44, grifos do autor).**

Percorrendo por este prisma, de acordo com Smith (2007), cabe destacar que, embora os processos de reestruturações urbanas não sejam novidade, há de se considerar uma certa “inovação” nos processos mais recentes (a partir da década de 1970): a intensidade na execução. A reunião dos elementos citados anteriormente acarreta a complexidade dessas intervenções urbanas contemporâneas que caracterizam parcela significativa do chamado “empreendedorismo urbano”, amplamente discutido por Harvey<sup>3</sup> (1996, 2005). Nas palavras de Smith (2007, p. 20):

**[...] a reestruturação do espaço urbano não é, estritamente falando, um fenômeno novo. Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano. O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído.**

Além disso, Smith (1988, 2007) reflete sobre as reestruturações do espaço urbano e o dito “desenvolvimento desigual”. Na obra de 2007, o autor enfatiza como a reestruturação geográfica da economia espacial é sempre executada

<sup>3</sup> David Harvey, que orientou Neil Smith, define o termo como “o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional, ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições e de pesquisas, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais) formando coalizões para fomentar e administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro” (Harvey, 2005, p. 230). Indo além, ele traça três características principais para aquilo que chama de empreendedorismo urbano: a formação de coalizões de poder estruturadas, sobretudo, nas parcerias público-privadas; investimentos especulativos em que o setor público assume os riscos; e a importância dada à administração local, aquela que teve seu poder ressignificado quando passou a assumir a maior parcela da gerência dos projetos de reestruturações.

de maneira díspar. É então desse modo que “a reestruturação urbana em uma região da economia nacional ou internacional pode não ser acompanhada, tanto em qualidade ou quantidade, natureza ou intensidade, por uma reestruturação em outra região” (Smith, 2007, p. 20). Para exemplificar, Smith (2007) aponta as dicotomias entre os países centrais e periféricos, mas também discorre a análise a partir das diferenças regionais das economias mais “avançadas”. Em suma, o geógrafo evidencia que “há sobreposição de arranjos regionais e internacionais que complicam as configurações urbanas” (Smith, 2007, p. 20).

Ainda de acordo com o autor, as explicações acerca da reestruturação (e da gentrificação) só poderão ter um resultado coerente quando identificarem e analisarem as formas urbanas que resultam do processo, assim como as suas exceções. Para tal, Smith (2007) propõe uma análise que não leve em conta apenas uma lista de fatores, mas sim um exame integrado em que pese a localização e a época em que aconteceu o processo. Além disso, o geógrafo aponta que o mais importante é perguntar-se o porquê de alguns bairros interessarem ao capital para a reestruturação (e uma possível gentrificação) e outros não.

Nesse cenário, também nos compete analisar um processo que tem total ligação com o discutido até aqui: a metropolização do espaço. Dessa maneira, na seção abaixo, realizamos aquilo que chamamos de “aproximações iniciais” com o processo de metropolização do espaço.

### 3 | A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Embora a nossa análise parta do real e os fenômenos espaciais independam de uma conceituação para existirem, acreditamos na importância de conceituar aquilo que estamos examinando. Sobre a própria natureza dos conceitos, Lencioni (2017, p. 198) identifica que eles “são concebidos e devem revelar universalidade, por assim dizer, expressar abrangência sem ter que expressar todas as particularidades do que está sendo considerado”. Ou seja, não é possível, através dos conceitos, capturar todas as nuances de um fenômeno, mas sim aquilo que há de generalidades. Nesse sentido, prossegue Lencioni (2017, p. 198):

**O importante é que [os conceitos] deem conta de exprimir a essência do que está sendo referido. Isso significa que a pertinência de um conceito não é medida porque ele contém todas as propriedades, aspectos, características ou movimento do que está sendo considerado, mas porque ele exprime sua essência.**

Em nossa contribuição à temática, apontamos que um conceito não é um retrato fiel da realidade, em que tudo do real estará posto, tampouco uma mera invenção, abstração ou produto do pensamento. O conceito deve estar ancorado na realidade, naquilo que está acontecendo no espaço, mas nunca dará conta de captar todo o fenômeno. Nesse sentido, ao tratar do caráter processual da gentrificação (um fenômeno espacial que tem relação direta com a metropolização), Ferreira (2021, p. 107) defende como um conceito não pode ser tornado uma “espécie de camisa de força, que contribui antes para ocultar do que revelar, ou passa a ter uma validade muito curta”.

Visto isto, podemos adentrar com maior nitidez a discussão sobre metrópole e metropolização do espaço. Primeiro, abordamos justamente o termo metrópole, pois, a nosso ver, não é possível mergulharmos no debate sobre metropolização do espaço sem antes sinalizarmos o que compreendemos enquanto uma metrópole.

Assim como diversos outros conceitos, o conceito de metrópole<sup>4</sup> apresenta várias definições, a depender do método e/ou do(a) autor(a) com quem estejamos trabalhando. Neste artigo, caminhamos pelos mesmos trilhos de Lencioni. A autora (2017, p. 201) pontua que, mesmo com tal polissemia, há alguns pontos que são comuns dentre as conceituações. A saber: 1- uma forma urbana de tamanho expressivo, tanto no número de habitantes quanto na extensão territorial; 2- diversidade de atividades relativas à economia, tendo destaque os serviços relacionados ao circuito superior da economia urbana; 3- local de concentração das inovações; 4- uma grande concentração e difusão de informação e comunicação; e 5- um nó considerável de redes, que podem ser de transportes, informações, cultura, poder e até mesmo de cidades<sup>5</sup>.

Na atual quadra da discussão, após esta breve explanação sobre o que é uma metrópole, podemos dirigir nossos esforços para o conceito de metropolização do espaço. Aliás, esta última palavra, espaço, nos dá uma pista da primeira aproximação que podemos estabelecer em relação ao conceito. Segundo Lencioni (2017, p. 202), “embora o conceito de metrópole se relacione ao de cidade, o de metropolização se relaciona ao de espaço”. Assim, prossegue a autora: “portanto, quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo relativo ao espaço, e não à cidade”. Ancorada no pensamento do sociólogo francês François Ascher, um dos grandes pioneiros e expoentes nos estudos acerca da metropolização do espaço, Lencioni (2020, p. 34) colabora conosco quando afirma que a metropolização “incide também em espaços rurais, espaços vazios e demais espaços que são difíceis de nominar. Em suma, pode estar relacionado a um grande aglomerado urbano, ou não”.

Com grande inspiração nos estudos do geógrafo francês Bernard Kayser sobre uma distinção analítica entre espaços metropolizados e não metropolizados, Lencioni (2017, p. 42-43) revela como “é importante afirmar, então, que os espaços metropolizados e não metropolizados não constituem uma dualidade espacial, não são antagônicos, não são excludentes e nem contrapostos”. O que podemos ver no espaço são transformações não tão estanques, mas sim, graduais, ao longo de áreas que guardam características tanto da cidade quanto do campo<sup>6</sup>. Avançando no debate, Lencioni (2017, p. 43) traz uma certa definição do fenômeno quando evidencia que:

4 Neste trabalho, não faremos tal debate, entretanto é imperioso ressaltar que, com as exponenciais transformações espaciais das últimas décadas, muitos(as) autores(as) acreditam que o termo metrópole já não dá mais conta da complexidade que essas grandes cidades assumiram. Termos como “exopolis”, “cidade difusa”, “cidade-região”, “megarregião”, “cidade neoliberal”, “privatópoles”, dentre outros tantos, podem ser vistos em diversas discussões. Para mais sobre o tema, consulte-se, dentre outros, Toro (2016), Soja (2013) e Lencioni (2015).

5 Para uma explicação sobre os pontos e as suas imbricações, ver Lencioni (2017, p. 201-202).

6 Uma interessante discussão sobre esta questão, através da conjuntura de urbanidades (e ruralidades), pode ser encontrada em Rúa (2005).

[...] os espaços metropolizados são espaços que assumem aspectos e características similares, mesmo que em menor escala, aos da metrópole, quer dizendo respeito aos investimentos de capital, ao desenvolvimento das atividades de serviços com sua correlata concentração de trabalho imaterial, ou, ainda, relacionados ao desenvolvimento das atividades de gestão e administração. Podem, também, apresentar outros aspectos, como a tendência ao desenvolvimento de vários centros comerciais e de serviços, a forma de consumir e viver semelhante à da metrópole, bem como uma densidade significativa de redes imateriais e a presença bastante visível dos socialmente excluídos. Isso significa dizer que podemos encontrar espaços metropolizados fora das metrópoles instituídas pela administração pública. Em outros termos, o espaço metropolizado não é exclusivo da metrópole e nem se confina nas fronteiras de uma região metropolitana. Eles tendem a se apresentar mais intensamente junto a um núcleo metropolitano, mesmo sendo esse de porte regional. O que a paisagem revela, de fato, são mosaicos de espaços metropolizados confundidos com o de espaços ainda não metropolizados e, à medida que se vai distanciando das áreas de maior densidade de pessoas, mercadorias e fluxos, os espaços não metropolizados vão se impondo aos metropolizados.

Ao abordar a metamorfose social e espacial acarretada pelo processo de metropolização, Lencioni (2017, p. 30-31) agrupa oito características do fenômeno em discussão:

A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização. A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a de essa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspectos bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos

**expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.**

Posto isto, acreditamos que essas aproximações iniciais com o conceito de metropolização do espaço podem dar a sustentação que necessitamos para avançar em nosso pensamento. Desse modo, na seção logo a seguir, realizamos o movimento de girar nossa lupa analítica para as áreas centrais das metrópoles.

## **4 | A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO ANALISADA A PARTIR DAS ÁREAS CENTRAIS**

Como ressalta Lefebvre (2006, p. 449), “a questão da centralidade em geral, da centralidade urbana em particular, não é das mais fáceis. Ela atravessa de parte em parte a problemática do espaço”. O filósofo francês pontua ainda que, “se é necessário aceitar a idéia de uma centralidade dialética ou de uma dialética da centralidade, é porque há uma conexão entre o espaço e a dialética”. Através desse movimento dialético, enxergamos as áreas centrais das metrópoles a partir de sua centralidade. Em princípio, tal afirmação pode parecer pleonástica. Contudo, a partir do fato de que nos apoiamos no pensamento lefebvriano, podemos afirmar a existência da área central enquanto forma espacial, que contém um conteúdo. Ou seja, a sua centralidade. Como veremos, essa centralidade não é indiferente ao que reúne tampouco ao espaço onde acontece essa reunião.

Avançando no debate sobre a centralidade, Lefebvre (2006, p. 450) aponta uma certa definição para o que compreende como tal: “Primeiramente, a centralidade (mental e social) se define pela identificação e pelo encontro daquilo que coexiste em um espaço. Que é que coexiste então? Tudo o que pode se nomear e se numerar.” Para o autor, no conceito visto a partir de uma maneira geral, a centralidade estabelece a conexão entre o que chama de pontual, que vemos como o local, e o global. Assim, “cada época, cada modo de produção, cada sociedade particular engendrou (produziu) sua centralidade: centro religioso, político, comercial, cultural, industrial, etc.” (Lefebvre, 2006, p. 450).

Nesse sentido, é possível falarmos em centralidade, e centro, antes mesmo da implosão e explosão da cidade. Entretanto, trataremos aqui de um momento específico desta dinâmica, momento este que começa a ser desenhado a partir da industrialização da economia capitalista. É justamente a partir do avanço do modelo industrial que o centro das cidades passa por uma profunda reestruturação. Nesse processo, é possível observar o volumoso adensamento desse centro, que passa a contar com uma certa proximidade e coesão entre diversos setores, e em uma área potencialmente maior.

À discussão, acrescenta-se que não estamos tratando da área central típica da primazia da indústria. Como já ressaltado em seção anterior, nossa análise debruça-se em outro momento, mais contemporâneo, em que a produção do espaço e todas as suas esferas possuem para a acumulação capitalista maior centralidade do que a indústria. Dessa forma, em diálogo com a já também referida ideia de cidade-região, a área central que nos propomos a analisar já passou por outros processos, como é o caso da descentralização. Dentro dessa conjuntura, podemos pensar, inclusive, em metrópoles com duas ou mais grandes centralidades.

Dessa maneira, salientamos que as metrópoles podem dividir-se em multicêntricas ou policêntricas. Para realizar a distinção entre os dois termos, apoiamo-nos na obra de Lencioni (2017). A geógrafa aponta que, “em política, o vocábulo poli tem o sentido de direção” (p. 52). Dessa forma, podemos apreender que uma metrópole policêntrica tem pelo menos mais de uma “direção”, no sentido de comando e gestão do capital. Já as multicêntricas, embora tenham duas ou mais centralidades, apenas uma delas cumpre o papel de comando, de direção. Um exemplo dado por Lencioni (2017, p. 57) são as cidades de São Paulo e Buenos Aires. Segundo a autora, essas duas cidades são:

**[...] metrópoles com várias centralidades. No entanto, a primeira [São Paulo] é policêntrica, uma vez que mais de uma centralidade desempenha as funções de direção. Já Buenos Aires se constitui como uma metrópole multicêntrica, com vários centros. Isso porque o centro de comando e direção das atividades econômicas, da gestão do capital, está circunscrito a uma só área. [...] Com mais precisão, podemos dizer que ambas são metrópoles desconcentradas, metrópoles difusas, mas diferem no que diz respeito à questão da centralidade. Enquanto Buenos Aires é uma metrópole difusa multicêntrica, São Paulo se constitui numa metrópole difusa policêntrica (Lencioni, 2017, p. 52).**

Parece-nos considerável apontar o seguinte: essas centralidades, típicas da urbanização capitalista, se propõem mais àquilo que Lefebvre (2006) denominou como uma “centralização” que se quer e se faz “totalizante”. Para o autor:

**Por essa razão, ela [centralidade] pretende (implicitamente ou não) definir uma racionalidade superior, política – estatista, “urbana”. O que tentam em seguida justificar as pessoas da tecnoestrutura, os planejadores. Eles desdenham da dialética; essa centralidade expulsa, com uma violência inerente ao espaço ele mesmo, elementos periféricos (Lefebvre, 2006, p. 451).**

Nesse sentido, julgamos extremamente importante a afirmação de que:

**Malgrado as tendências adversas, umas subversivas, outras toleradas (sob nomes diversos: afrouxamento, flexibilização), o centro condensa riquezas, meios de ações, conhecimentos informações, a “cultura”. Tudo. A essas capacidades e poderes, ele superpõe o poder supremo, a concentração dos poderes: a Decisão. O sistema decisional se diz (abusivamente) racional (Lefebvre, 2006, p. 451).**

Para continuarmos a discussão aqui, cabe uma importantíssima ressalva. Como bem destaca Souza (2011), ainda que seja importante disputar as atuais áreas centrais das metrópoles, como feito pelos movimentos sociais de moradia, a obra lefebvriana nos aponta para uma produção do espaço outra. Ou seja, para uma outra cidade e, conseqüentemente, para centralidades outras. É por estes trilhos que podemos enxergar, diferentemente do período atual, de metrópoles com poucas centralidades cada vez mais hipertrofiadas, um urbano com centralidades diversas, que levem em conta as especificidades de cada território,

gerando a reunião da diferença, dos encontros, das trocas, das práticas culturais, da festa etc. (Lefebvre, 1991). Ou seja, do encontro entre o ser humano e a sua obra.

A partir disso, podemos voltar a Lefebvre (2002, p. 110) quando o autor sinaliza que:

**Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que cria ou a estilhaça. [...] A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo.**

Retomando o pensamento, como dito, a centralidade necessita de um conteúdo, não sendo aquela indiferente daquilo que centraliza. Por isso, no presente artigo, não trabalhamos com a centralidade e a metropolização do espaço em qualquer área das metrópoles, mas com essas dinâmicas vistas especificamente nas áreas centrais (do popularmente chamado “centro da cidade”). Na atual quadra do debate, é importante que se tenha algo em mente. Mesmo que estejamos trabalhando mais especificamente com a metropolização vista a partir das áreas centrais, não podemos perder de vista a noção do todo ou da totalidade. Ao discutir o método materialista histórico-dialético, proposto por Karl Marx, Moraes e Costa (1987, p. 51) contribuem ao debate quando afirmam que:

**[...] serão possíveis estudos específicos de objetos que possuam uma identidade própria (o que não implica autonomização absoluta) e que se manifestem no real como específicos. Lukács argumenta que são passíveis de serem feitos todos os recortes que não mutilem a realidade, isto é, que delimitem objetos que sejam um “todo” (mesmo que inservíveis, como tudo o mais, numa totalidade maior). Nesse sentido, podemos dizer, numa metáfora, que é possível estudar-se uma laranja, uma laranjeira e um laranjal, e nunca meia laranja ou um galho da laranjeira.**

É nesse sentido que podemos estudar uma área central, ou até mesmo um trecho dela, como é o caso de uma zona periférica do centro (Horwood; Boyce, 1959). Analiticamente, uma área como esta já se configura como um todo, mas que, por sua vez, também está inscrita em uma totalidade maior. Para dar prosseguimento a esse debate, lançamos mão do escrito de Lencioni (1998). Em um valoroso trabalho sobre a noção de reestruturação e a sua importância para os estudos metropolitanos, a autora debate com precisão e maestria a questão da totalidade. Ao criticar o estruturalismo, Lencioni (1998, p. 1) registra como: “A totalidade foi concebida como uma totalidade fechada; como uma totalidade estruturada pela soma de suas partes, bem como existindo antes dessas partes”. Ainda segundo a autora, isto faz:

**[...] crer que ora existem as partes e, depois, o todo, ou, inversamente, existe o todo e depois as partes. Mais do que isso, é formulada em termos de causa e efeito, exprimindo uma maneira incompleta e unilateral de perceber a relação entre o**

**todo e as partes, não enxergando o movimento proveniente da ação recíproca entre eles que permitiria esclarecer a ambos (Lencioni, 1998, p. 1).**

De maneira extremamente didática, a autora observa como, a partir do método dialético, o todo é muito mais que a soma das partes:

**No primeiro caso, em que a totalidade é proveniente da soma das partes, cada parte se constitui numa totalidade fechada que se esgota em si mesma. Como as partes são simples soma do todo, o todo não poderia ter qualidades diferentes das partes. Mas, um simples exemplo pode dizer melhor o que estamos pretendendo dizer: a soma do número 1 e do número 5 é 6. O número 1, como sabemos, não é divisível por 3, tampouco o 5, mas a soma de 1 e 5, que é 6, é divisível por 3 e por 2. A soma, tem, portanto, qualidades diferentes das partes que a compôs. Constitui um todo que é mais que uma simples soma das partes. No segundo caso, em que a totalidade parece preceder às partes, cabe a indagação: donde vem a totalidade? Quais são as fontes internas de seu desenvolvimento e movimento? Questão que denuncia no pensamento estruturalista a idéia de que a totalidade parece ser um todo já pronto que se recheia com um conteúdo. Como observou o poeta seiscentista brasileiro, Gregório de Matos, “O todo sem a parte não é o todo/A parte sem o todo não é parte...” (Lencioni, 1998, p. 1-2).**

Dentro dessa perspectiva, ressalta-se que o todo e as partes só podem ser entendidos como uma unidade, mesmo que diversa e conflituosa, desde o ponto de vista do método dialético, “que concebe a totalidade como uma totalidade aberta e em movimento, uma totalidade infinita de totalidades parciais, igualmente abertas que se relacionam entre si” (Lencioni, 1998, p. 2). Na mesma obra, Lencioni (1998) realiza esse movimento para desembocar na tríade lefebvriana de forma, função e estrutura. Aqui, mesmo entendendo que todas as tríades e os seus respectivos elementos “conversam” entre si a todo instante, daremos maior foco a outra tríade: homogeneização, fragmentação e hierarquização (do espaço).

Antes de entrarmos no exame da tríade propriamente dita, é importante destacar o porquê de Lefebvre (e Marx) trabalhar(em) com tríades, “as quais permitem compor um universo de infinitas totalidades” (Lencioni, 2017, p. 12). Esse número de elementos não se dá sem motivo. Basicamente, é possível destacar como Lefebvre rompeu com um esquema dualista de enxergar o mundo. Segundo Lencioni (2017, p. 18):

**Essa visão dualista, binária, contrapõe dois princípios antagônicos e irreduzíveis e resvala com frequência para o maniqueísmo. Essa forma de ver impregnou a visão marxista, concorrendo para a sua vulgarização. Contra essa vulgarização é que Lefebvre se rebela, contra o simplismo deletério é que ele se indispõe. Ao recuperar Hegel, Marx e Nietzsche para a compreensão da modernidade, o faz trazendo à luz a forma de pensamento em tríades. Por exemplo, em Hegel temos a natureza, a ideia e o conceito; em Marx, o trabalho, o capital e a terra; e, em Nietzsche, as três metáforas do espírito.**

Ademais, e aquilo que julgamos ser de grande importância para os estudos das ciências da sociedade, o esquema triádico abre a possibilidade de novos começos. Ou seja:

**Essa posição, de um caminho novo, é que marca sua produção intelectual que jamais deixará de entrever o devir, jamais deixará de conter o possível, jamais deixará de vislumbrar a possibilidade de um novo começo. Persegue, assim, as trilhas de Marx, um pensador do possível (Lencioni, 2017, p. 19).**

Assim, temos total condição de melhor penetrar na tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço (Lefebvre, 2009). Cabe destacar que tal tríade pode ser observada em Marx, não para tratar do espaço, mas para o trabalho. Já em Lefebvre (2009, p. 212), o primeiro termo: “É à escala mundial que se reproduz o espaço nascido na segunda metade do século XX: aeroportos, autoestradas, cidades verticais de concreto, cidades horizontais de moradias isoladas” (tradução nossa). Mesmo que as singularidades espaciais sejam vistas como rentáveis, a produção capitalista do espaço tende a uma homogeneidade. Grandes edifícios espelhados, *shopping centers*, áreas centrais reestruturadas, grandes aparelhos culturais, redes de lojas internacionais dos mais diversos setores, metropolização do espaço etc. compõem uma certa “urbanização banalizada” e “banalização do espaço” (Ferreira, 2016, 2021). Sobre isto, Ferreira (2016, p. 444) diz o seguinte:

**No início do século XXI, percebe-se que cada vez mais os governantes procuram construir uma marca para suas cidades; contudo, o “sucesso” de uma determinada cidade acaba provocando um movimento que objetiva copiar aquilo que teria dado certo, levando à homogeneização das formas-conteúdo, pois acreditam que assim atrairiam investidores. Contradição que aponta uma espécie de urbanização banalizada e conseqüentemente para a banalização do espaço.**

No âmago dessa condição, aponta Lencioni (2017, p. 25): “As soluções, projetos e intervenções urbanas repetem umas às outras. A criatividade fica enredada nos liames do homogêneo, que sufocam as diferenças em potencial”. Recorrendo-se a Lefebvre (2013, p. 58), vale ressaltar algumas características que levam a tal homogeneidade: “fabricação de elementos e materiais, demandas semelhantes dos envolvidos, métodos de gestão, controle, vigilância e comunicação”. Em razão disso, as classes mais abastadas se assemelham cada vez mais, mesmo internacionalmente, enquanto:

**[...] na mesma cidade, as classes sociais se distanciam. A distância entre as classes sociais não é e nunca foi exclusivamente topográfica, ela é, sim, social. As cidades do Brasil, em especial as grandes metrópoles, são um exemplo nítido, no qual as habitações de renda alta se avizinham dos mais pobres, das inúmeras favelas, mas guardam anos-luz de distância social (Lencioni, 2017, p. 25).**

Com esta situação se estendendo ao longo do tempo, esse espaço, mesmo passando por alto grau de homogeneização, torna-se cada vez mais fragmentado. Para Lefebvre (2013), à medida que o mundo se urbaniza, em uma urbanização

capitalista, o espaço é tornado segregado, loteado, parcelado, quantificável e vendável. Assim, segundo o autor, assistimos “a uma das grandes contradições produzidas pelo capitalismo: a coexistência e combinação da homogeneização e fragmentação do espaço, a sua totalização e a sua atomização” (Lefebvre, 2013, p. 15). Essa fragmentação produz espaços cada vez mais segregados, sejam eles guetos, favelas, condomínios privados etc. A noção de totalidade é perdida, propagandeiam-se e vendem-se as partes como se fossem o todo. Sem tal fragmentação, a sociedade capitalista não funcionaria. Ou seja, a fragmentação, juntamente aos outros dois componentes dessa tríade, é inerente ao capitalismo. Nas palavras de Lefebvre (2009, p. 214):

**O espaço é desmembrado em espaços separados, ocupados por funções que são exercidas nesses espaços distintos: trabalho, moradia, lazer, trânsito e transporte, produção, consumo. [...] A separação de elementos e componentes é ao mesmo tempo fictícia, porque não podemos separar completamente essas funções e “amenidades” [equipamentos] (embora cada função localizada seja representada e mesmo efetuada em si e por si, como diriam os filósofos), e em outro sentido real (porque todos os fragmentos de espaço e suas funções, divididos à maneira de tarefas dentro de uma empresa, adquirem e mantêm assim uma autonomia). [...] Rigorosamente quantificado, medido em metros quadrados e também em dinheiro, esse espaço compartimentado é entregue justamente para a troca (compra e venda), muitas vezes em parcelas muito pequenas. Outrora sagrado e mesmo inalienável como bem patrimonial e coletivo, o espaço torna-se uma mercadoria como qualquer outra, sem nenhum privilégio particular que não o de estar sujeito a formalidades destinadas a proteger a propriedade (escrituras notariais, contratos de hipoteca) (tradução nossa).**

Nesse sentido, “no espaço social, suporte simultaneamente ‘material’ e ‘imaterial’ das relações sociais, a fragmentação é um instrumento de poder político; divide e separa para governar” (Lefebvre, 2009, p. 215, tradução nossa). Partindo-se desta premissa, podemos compreender melhor o terceiro elemento da tríade, a hierarquização. O espaço, homogeneizado e fragmentado é também hierarquizado, visto o seu valor de troca. Dessa maneira, há uma espécie de dominação, e consequente subordinação, entre os diversos fragmentos. Para Lencioni (2017, p. 26), a hierarquia é como “um cimento que amalgama os fragmentos garantindo a unidade pela relação dominação-subordinação”. A respeito disso, em diálogo direto com Lefebvre, prossegue a geógrafa (2017, p. 26-27), “esse terceiro termo da tríade significa a expressão da espacialização do poder e, também, da economia e da política”.

Para que possamos realizar a ponte do discutido até aqui para a realidade urbana, lançamos mão novamente das contribuições de Henri Lefebvre. Para nós, a conexão entre a tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização e as discussões sobre a metropolização nas áreas centrais pode ser realizada através da noção de colonização em Lefebvre (1976, 1978). Para Lefebvre, a colonização não está apenas nas relações entre os países, mas também nas relações intraurbanas hierarquizadas. De acordo com Kipfer e Goonewardena (2016), inicialmente, Lefebvre realizou conexões frágeis entre a colonização no nível dos Estados-nação

e na escala urbana, apenas apontando uma transferência na escala da acumulação. Entretanto, assim como fizera Marx, ao observar as lutas travadas na realidade e reformular o seu pensamento/teoria (Tible, 2014), o filósofo francês articulou mais solidamente a colonização com a produção do espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado através das classes e territórios subalternizados<sup>7</sup>. Para Lefebvre, houve uma conexão direta entre a colonização e a acumulação nas cidades, acarretada pelo papel de centralidade da produção do espaço na acumulação de forma geral. É nessa direção que podemos observar determinados processos intraurbanos, como os de reestruturações de áreas centrais, contendo diversos elementos que contribuem para o controle, dominação, homogeneização, fragmentação e hierarquização (de raça, gênero, classe, etnia, sexualidade etc.) de populações tidas de alguma forma como perigosas (Kipfer e Goonewardena, 2016). A metropolização nas áreas centrais, vista por nós através das reestruturações, concentra cada vez mais esses elementos, além de mais serviços, renda, opções de lazer e cultura, capitais, investimentos etc. Os modelos de reestruturações de áreas centrais, pelo máximo que guardem singularidades, tendem a concentrar as “fórmulas” que deram “certo” ao redor do globo. Assim, eles trazem consigo a já debatida banalização do espaço ou a sua homogeneização. Carregam também a fragmentação, tendo a segregação e a diferenciação espacial como inerentes aos projetos. Além disso, hierarquizam o espaço, pois além da dificuldade de acesso por conta dos preços exercidos na área reestrutura, seja de acesso à terra ou a serviços, as áreas centrais após processos de reestruturação são vistas como mais modernas, funcionais, “civilizadas” etc. Tendo isso em vista, a nosso ver, a colonização serve justamente para pensar e executar uma produção do espaço homogeneizada, fragmentada e hierarquizada dentro das metrópoles e, mais especificamente, a metropolização em suas áreas centrais, através dos processos de reestruturação. Esse caráter político (e racial) de controle, dominação e hierarquização (remoções, gentrificação, expulsão de pobres e negros da área central, por exemplo) é justamente no que Kipfer e Goonewardena (2016) se apoiam para pensar os processos espaciais dentro das metrópoles enquanto uma colonização da vida cotidiana.

Dessa maneira, conforme visto no conjunto de fatores até aqui discutidos, o espaço está em uma profunda metamorfose. Os modelos clássicos de conceituação e análise das metrópoles já não dão mais conta de tamanhas mudanças, lógica que serve para as áreas centrais. Dessa maneira, buscar atualizações, como é o caso do conceito de metropolização do espaço e de seus desdobramentos, é essencial para que possamos melhor interpretar a realidade, a fim de transformá-la.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos em nossas reflexões finais, podemos traçar algumas considerações acerca da temática em tela. Como buscamos evidenciar ao longo do texto, embora isto não faça, pelo menos não diretamente, com que a realidade se transforme, a formulação de conceitos nos permite, caso realizada de maneira adequada, dar conta da análise das profundas transformações (espaciais) em curso. Posto isso, percebemos como o conceito de metrópole é fundamental para

<sup>7</sup> De acordo com Kipfer e Goonewardena (2016), tal transformação no pensamento de Lefebvre ocorreu após as lutas de maio de 1968.

examinar a conjuntura espacial. Não aquele de origem, mas sim uma conceituação que dê conta de capturar a complexidade das transformações ocorridas ao longo do espaço-tempo. Para tal, foi fundamental recorrer ao pensamento da geógrafa Sandra Lencioni. Apesar das variadas definições que as metrópoles possuem, a autora jogou luz à discussão quando elencou algumas características que são essenciais quando pensamos nesse tipo de forma urbana.

Na esteira dessa discussão, chegamos com maior embasamento para examinar a metropolização do espaço. A investigação desse fenômeno espacial nos parece de fundamental relevância para compreendermos as metrópoles contemporâneas. A metropolização, que é do espaço como um todo, e não apenas da cidade, permite um “mergulho” na maneira como o espaço é produzido e organizado. Conseqüentemente, é possível compreender a profunda diferenciação espacial existente na sociedade capitalista. Em nosso estudo, voltamos nosso olhar para esta diferenciação através da averiguação das áreas centrais das metrópoles, sobretudo, a partir da tríade lefebvriana da homogeneização, fragmentação e hierarquização.

Portanto, foi salutar diferenciar as cidades policêntricas das multicêntricas, pois a questão da gestão e comando do capital é fundamental para compreendermos o papel da centralidade e, conseqüentemente, das áreas centrais. Embora a metropolização do espaço se dê também fora das metrópoles, e até mesmo fora das cidades, nos pareceu muito importante refletir como isso acontece dentro da própria metrópole, mais especificamente, nas áreas centrais (tudo sem perder do horizonte a noção de totalidade). Assim como toda a metrópole, as áreas centrais também passaram por grandes metamorfoses.

Na esteira desse debate, chegamos até uma das diversas tríades lefebvrianas. Antes, contudo, foi salutar assimilar o porquê da escolha de Lefebvre de trabalhar com tríades. A fuga de uma visão dualista de mundo, em que elementos se opõem e se dão de maneira maniqueísta, juntamente à possibilidade de abertura de novos caminhos a partir da tensão dialética dos termos das tríades, nos trouxe uma ampliação da possibilidade de interpretação e transformação do mundo. Com isso, a tríade de homogeneização, fragmentação e hierarquização ganhou centralidade em nosso exame. Essa tríade, sem nos esquecermos da conexão com as diversas outras e a questão da abertura de infinitas totalidades, nos possibilitou evidenciar a práxis de um espaço que se dá contraditório e conflituoso em sua produção. Por fim, realizamos a ponte entre a tríade trabalhada e a metropolização nas áreas centrais das metrópoles através do conceito de colonização em Lefebvre e dos projetos de reestruturação de áreas centrais. ■

Recebido em: 06-09-2024

Aceito em: 07-03-2025

## REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Alvaro. Caminhando em direção à metropolização do espaço. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 20, n. 3, p. 441-450, 2016.
- FERREIRA, Alvaro. *A cidade que queremos: produção do espaço e democracia*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.
- HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento à transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Espaço e Debates*, n. 39, jun. 1996.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HORWOOD, Edgar and BOYCE, Ronald. *Studies of the central business district and urban freeway development*. In: *The urban American city*. Seattle, Washington: University of Washington Press, 1959.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *State, space, world: selected essays*. Minnesota, USA: University of Minnesota Press, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.
- LENCIONI, Sandra. *Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas*. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1998. *Anais... Egal*: 1998.
- LENCIONI, Sandra. *Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano*. Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331. p. 1-10.
- LENCIONI, Sandra. *Urbanização difusa e a constituição de megarregiões*. In: *e-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, p. 6-15, 2015.
- LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- LENCIONI, Sandra. *Concepções da metamorfose metropolitana*. In: *Metropolização, governança e direito à cidade: dinâmicas, escalas e estratégias [recurso eletrônico] / orgs. Lucia Bógus, Suzana Pasternak, Luís Felipe Aires Magalhães*. - São Paulo : EDUC : PIPEq, 2020. p. 31-50.
- MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

- SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 21, p. 15-31, 2007.
- SOJA, Edward Willian. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOJA, Edward William. Para além de Postmetropolis. *Revista UFMG*, v. 20, n. 1, p. 136-167, jan./jun. 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O direito ao centro da cidade. Publicado em: 03/04/2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=37960>>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista*. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 11, 2007.
- KIPFER, Stefan; GOONEWARDENA, Kanishka. Henri Lefebvre and ‘colonization’: from reinterpretation to research. In: STANEK, Lukasz; SCHMID, Christian (Ed.). *Urban Revolution Now: Henri Lefebvre in Social Research and Architecture*. Londres: Routledge, 2016. p. 109-126.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *A antítese da reforma urbana e sua atualização na operação consorciada Porto Maravilha*. 2018. 288 p. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- TIBLE, Jean. Marx e os outros. *Lua Nova*, n. 91, p. 199-228, 2014.
- TORO, Pedro Martín Martínez. La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana. *Revista Colombiana de Geografía*, v. 25, n. 2, p. 77-105, dez. 2016.